



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo nº. 00600-00000674/2020-11

Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação com pedido liminar da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face da Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020 – SES. **Nesta fase:** Análise de admissibilidade. Unidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento e determinações à Jurisdicionada. Voto convergente.

Versam os autos sobre representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.

A Unidade Técnica, inicialmente, mediante a Informação nº. 32/2020 – DIASP1, registra que a Representante argumenta que *“SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa, com o gravame de estar omitindo os motivos que ensejaram a inabilitação da Representante, com possível afronta ao princípio do contraditório por não ter sido oportunizado o direito de recorrer contra a decisão que lhe foi desfavorável”*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Nesse sentido, afirma que *“ante a existência de indícios de irregularidades no procedimento de seleção denominado Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/DF, as quais podem ter resultado em prejuízo ao Erário”*, a representação manejada merece ser conhecida, bem como deve ser fixado *“prazo para que a SES/DF se manifeste em relação aos fatos alegados pela Representante e disponibilize o acesso à integralidade do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83”*.

Em seguida, sublinha que, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, deve ser concedido prazo à CONTARPP ENGENHARIA LTDA. para manifestação acerca das alegações contidas na representação exordial.

Ao final, sugere ao eg. Plenário:

“I. tomar conhecimento da Representação protocolada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36 (peça 3, e-DOC 6FB5F9F0);

II. deliberar sobre o pedido de medida cautelar pleiteado pela Representante;

III. determinar à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;

IV. assinar prazo de 5 (cinco) dias para que a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na Representação;

V. autorizar:

a) o envio de cópia da Representação, da presente Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser prolatada à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27;

b) dar ciência da Decisão que vier a ser prolatada à Representante, informando-lhe que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.”

É o relatório.

V O T O

Após análise dos autos, verifico a legitimidade da Representante, bem como observo a presença dos requisitos insertos nos incisos I, II e IV do §2º do artigo 230 do Regimento Interno desta Corte, a saber:

- a situação foi caracterizada de maneira circunstanciada;
- a peça fora redigida em linguagem clara e objetiva;
- a representação tem enquadramento nas matérias da competência desta Corte de Contas.

Constato, ainda, que a representação contém pedido certo e determinado, bem como que as informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos apresentados e relatam supostos indícios de irregularidades que preenchem o requisito contido no inciso III do §2º do artigo 230 do RI/TCDF.

Quanto ao pedido cautelar formulado, num juízo de cognição sumária, inerente ao momento processual, compulsando os documentos trazidos aos autos, em cotejo com as alegações constantes da peça exordial, não vislumbro, ao menos nesta análise superficial, a presença dos requisitos autorizadores para tanto.

Embora considere que os indícios de irregularidades, se confirmados, podem trazer toda sorte de prejuízos ao erário, o que, **data vênica** merece a devida atenção por parte deste Tribunal, os elementos constantes dos autos não são suficientes para fundamentar a adoção de medida tão draconiana.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Ressalte-se que a concessão da referida medida somente deve ocorrer em situações excepcionais quando retratados, concomitantemente, de modo potencializados, o ***fumus boni iuris*** e o ***periculum in mora***, haja vista que, se assim não for, sua aplicação pura e simples pode banalizar o referido instituto descaracterizando-o.

Sublinhe-se que, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, para sua concessão faz-se necessário a constatação da coexistência dos pressupostos autorizares, o que não ocorre nos presentes autos.

Numa análise perfunctória, a princípio, não vejo descrita nenhuma situação objetiva de perigo, atual ou iminente, que justifique a concessão da liminar pleiteada, notadamente porque o mero receio de prejuízo não autoriza o deferimento de medida cautelar. Portanto, ausente o requisito do ***periculum in mora***.

No tocante ao ***fumus boni iuris***, apesar de identificar a existência de mínimos indícios, nesta hipótese, entendo que os mesmos não são suficientes para ensejar a adoção de medida cautelar. Não se pode confundir o referido requisito com a irresignação da Representante.

Dessa forma, destacando-se o caráter perfunctório do exame realizado, por todo que fora exposto, entendo que o pedido liminar feito à exordial, não merece deferimento.

Assim sendo, em convergência ao órgão técnico, **VOTO** porque este eg. Plenário:

I. conheça da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0;

II. determine à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI nº.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;

IV. conceda o prazo de 05 (cinco) dias à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., para, querendo, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na Representação;

V. autorize:

a) o envio de cópia da representação, da Informação nº. 35/2020 – DIASP1, desta Decisão e do Relatório/Voto que a conduziram à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.;

b) de ciência desta Decisão e do Relatório/Voto que a conduziram à Representante, informando-lhe que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;

c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.

Brasília, em de de 2020.

MANOEL DE ANDRADE
Relator